



SENADO FEDERAL

Emendas do Senado ao Projeto de Lei nº 636, de 2023, que “Altera a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dar mais efetividade ao Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil”.

Apresentação: 08/05/2026 12:22:09.450 - Mesa

EMS n.636/2023

EMENDA Nº 1
(Corresponde à Emenda nº 2 – CDR)

Dê-se ao § 7º do art. 3º-A da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, na forma do art. 1º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 3º-A. 3º-

A. ....

§ 7º O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, a ser elaborado pelo Município, deverá contemplar os seguintes elementos:

II – definição dos sistemas de alerta a desastres, em articulação com o sistema de monitoramento e com especial atenção dos radioamadores, submetidos esses sistemas a testes periódicos para aferição de sua efetividade;

III – organização e realização, com a participação da população, de exercícios simulados que incluam passagem pelas rotas de deslocamento e chegada aos pontos seguros;

VI – cadastramento e treinamento periódico das equipes técnicas e de voluntários para atuarem em circunstâncias de desastres;

VII – localização dos centros de recebimento e organização da estratégia de distribuição de doações e suprimentos;

VIII – organização do sistema de resgate e atendimento emergencial à fauna impactada, bem como dos pontos de abrigo após a ocorrência de desastre;

IX – plano de contenção de construções irregulares em áreas de risco, que inclua descrição de alternativas habitacionais seguras, em parceria com os demais entes federativos; e

X – descrição dos investimentos necessários em infraestrutura hídrica, combate a enchentes e prevenção de desastres, em parceria com os demais entes federativos.

.....” (NR)



\* C D 2 6 5 3 1 2 0 6 0 4 0 0 \*



SENADO FEDERAL

EMENDA Nº 2  
(Corresponde à Emenda nº 3 – CDR)

Apresentação: 08/05/2026 12:22:09.450 - Mesa  
EMS n.636/2023

Incluem-se os seguintes artigos no Projeto, renumerando-se o atual art. 2º como art. 5º:

“Art. 2º O inciso II do **caput** do art. 42-A da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 42-

A. ....

II – mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, ficando vedada a sua ocupação;

(NR)”

“Art. 3º O inciso III do **caput** do art. 5º-A da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 5º-A. ....

III – infraestrutura básica que inclua vias de acesso, obras de prevenção de desastres, iluminação pública e solução de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais e que permita ligações domiciliares de abastecimento de água e energia elétrica; e

(NR)”

“Art. 4º O inciso IV do **caput** do art. 3º da Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art.

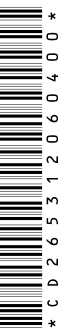
3º .....

IV – promoção do planejamento integrado com as políticas de desenvolvimento urbano, de habitação, de infraestrutura, de saneamento, de mobilidade, de acessibilidade, de proteção e defesa civil e de gestão do território, de forma transversal com as políticas ambiental e climática, de desenvolvimento econômico e social e de segurança pública, entre outras, com vistas ao desenvolvimento urbano sustentável;

(NR)”

Brasília, na data da assinatura.

Senador Davi Alcolumbre



\* C D 2 6 5 3 1 2 0 6 0 4 0 0 \*



SENADO FEDERAL

Presidente do Senado Federal

HTL/pl23-636

Apresentação: 08/05/2026 12:22:09.450 - Mesa

EMS n.636/2023

